

tribuna da

CIDADE

POR EURIDES BRITO



Deputada distrital pelo PTR

Salários do magistério

Em 1978, o Senado Federal pediu à Universidade de Brasília a elaboração do Projeto Educação, incluindo diagnóstico e projetos com soluções alternativas para a educação brasileira, nos dez anos seguintes. Coube-me, então, a redação do capítulo referente ao magistério. Concluí o trabalho dizendo que qualquer reforma educacional, para ter êxito, precisa estar sustentada por dois pressupostos básicos: a boa formação do magistério e a sua remuneração condigna.

Em 1979, assumi, no Governo Lamaison, a então Secretaria de Educação e Cultura. Já no meu discurso de posse, repeti, como compromisso, a conclusão do meu trabalho acima citado. No início daquele governo, o magistério do DF era um dos mais mal pagos no País. Seis anos depois, já no Governo Ornellas, tínhamos o magistério do DF com a melhor remuneração do Brasil.

Ao sairmos, no início de 1985, os salários vieram caindo, questão já por mim abordada em artigo publicado na imprensa brasiliense, sob o título "Salários ladeira abaixo".

Quando assumiu Joaquim Roriz o Governo do DF, a primeira vez, como governador nomeado, em fins de 1987, de pronto mostrou seu interesse pela questão salarial do professor. Mesmo sendo da União, historicamente, a responsabilidade pelo custeio da Educação no DF, pela primeira vez, na vida de nossa cidade, foram injetados recursos da arrecadação local para melhorar os salários do pessoal da educação,

mesmo em prejuízo de investimentos em outros setores. E isso ocorreu por determinação expressa do governador. Foi exatamente por esse gesto que começou a minha simpatia pelo político Roriz. Um homem que crê que o verdadeiro desenvolvimento passa pela educação do povo.

É público e notório que o magistério do DF e o pessoal auxiliar de educação estão ganhando mal. A queda salarial havida no triênio 1985/87 está custando a ser vencida. No momento, a queda de arrecadação que abala o País atinge também o Distrito Federal e não vemos como possa o Governo local injetar recursos suficientes para melhorar os salários do DF.

Precisamos, juntos, sem distinção de coloração partidária ou de linhas ideológicas, sensibilizar o Governo Federal para a triste situação. Dados que me foram fornecidos pela professora Stella dos Cherubins, notável educadora e secretária de Educação do DF, mostram que, do atual quadro de professores da Fundação Educacional, 43,56% não ultrapassam os cinco anos de emprego. Pois, nesta grande base do obelisco — não se pode chamar de pirâmide — os salários estão vergonhosos. O professor normalista recebeu em abril Cr\$ 250.767; o professor de nível superior de curta duração recebe um pouquinho mais: Cr\$ 329.000,00; e o professor com licenciatura plena recebe Cr\$ 434.000,00. Ora, assim fica muito difícil se falar em qualidade de ensino. Com esse quadro, só vão para os cursos de magistério das escolas normais ou das universidades os verdadeiramente fanáticos pela profissão e que contam com outros meios de sustento, ou os que não conseguem aprovação em outros cursos.

Qual a solução para o problema? 1) Nos unirmos para a sensibilização do Governo Federal, onde alguns têm a falsa idéia de que o magistério do DF é muito bem remunerado; 2) Apoiarmos o Governo do DF nos seus projetos de industrialização, para que possamos melhorar a arrecadação e, em consequência, termos nossa própria fonte de investimento na educação, o que por certo não se dará a curto prazo; 3) Rever o plano de carreira para corrigir as gritantes distorções nele detectadas; 4) Lutar pela aprovação da emenda constitucional que propus no ano passado, com o apoio de deputados de todos os partidos, oficializando a obrigação da União para com o custeio da educação no DF.